



Julho de 2007

Sector Intelectual da O. R. de Lisboa do Partido Comunista Português

Número 2

Pontos especiais neste número:

- Boas Razões para votar CDU - PCP-PEV nas Eleições Interca-lares de Lisboa
- Reforma dos Laboratórios de Estado
- Crescimento ou sustentabili-dade
- Realidade Cu-bana com refer-ência a Ciência e Tecnologia

Uma política de Ciência e Tecnologia ao serviço do país e dos portugueses

Intervenção de Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, no encontro "Uma política de Ciência e Tecnologia ao serviço do país e dos portugueses", exigindo uma «efectiva mudança no modelo de desenvolvimento do país que decididamente promova a valorização do trabalho nacional, com uma efectiva redistribuição do Rendimento Nacional e uma aposta decidida na educação, na qualificação profissional, no investimento em I&D, no desenvolvimento cultural, instrumentos, entre outros, indispensáveis para promover o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado com mais e melhor emprego». (cont. pág. 3)



Eleições autárquicas em Lisboa, a 15 de Julho vamos votar CDU!

Leia porquê votar na CDU nas eleições intercalares para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, a única força que representa uma verdadeira alternativa política para a cidade. (cont. pág. 2)



Reforma dos laboratórios de estado ao serviço de que interesses?

Declaração de Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, sobre a "reforma do sistema dos Laboratórios do Estado" que representa um enorme retrocesso face à necessidade de valorizar estas instituições que podem e devem desempenhar um papel nas actividades de investigação fundamental e aplicada, de desenvolvimento tecnológico, e de apoio à actividade do sector produtivo. (cont. pág 7)



Crescimento ou Sustentabilidade? Interrogações num mundo em transformação

Uma visão crítica de Rui Namorado Rosa sobre o termo «desenvolvimento sustentável» e como não podemos falar de protecção do ambiente e da relação entre o homem e a natureza sem questionar a forma de crescimento económico. (cont. pág. 10)

A realidade Cubana, com referência especial à ciência & tecnologia

Intervenção de Frederico Carvalho, em Havana, sobre a evolução do sistema de ciência e tecnologia cubano referindo várias apreciações internacionais sobre a produtividade deste sistema e o seu carácter humanitário e internacionalista. (cont. pág. 12)

Boas Razões para votar CDU - PCP-PEV nas Eleições Interca- lares de Lisboa, de 15 de Julho

No dia 15 de Julho decorrerão Eleições Intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa. Os lisboetas escolherão de entre uma dúzia de candidaturas, aquela que melhor corresponde aos seus anseios e à concretização dos projectos de que a Capital do País precisa.

A Coligação Democrática Unitária CDU - PCP-PEV apresenta-se a estas eleições assumindo uma candidatura de luta contra as políticas de direita preconizadas tanto por pelo PSD/CDS.PP bem como pela convivência do PS, que conduziram a Câmara de Lisboa à situação complexa em que se encontra. Os seus vereadores são pessoas que estiveram, estão e estarão sempre contra tais políticas, denunciando-as. São pessoas preparadas para conduzirem um projecto Alternativo para Lisboa de defesa de uma Gestão Municipal avançada que assegure um Serviço Público de excelência e ligando os trabalhadores e as populações pela Democracia participada e de defesa do tecido económico de Lisboa, lançando uma verdadeira e aprofundada discussão sobre um novo Aeroporto.

Sempre na linha da frente, a CDU contribuiu ao longo de 12 anos de Gestão Municipal, de forma decisiva, para o maior salto no desenvolvimento da história recente de Lisboa, pondo termo à gestão ruinosa de Abecassis.

A CDU é hoje a Força Alternativa em Lisboa que mais provas deu do seu incansável trabalho, em 33 anos de Poder Local Democrático, quer pela sua reconhecida competência na Gestão Municipal, quer pela honestidade dos seus eleitos no exercício das suas responsabilidades, quer pelo factor de Estabilidade que representou e representa.

Vamos Votar CDU Porque:

Só a CDU garante a definição de uma política cultural abrangente que rentabilize os meios disponibilizados em benefício de vastas camadas da população e que garanta a utilização adequada dos equipamentos culturais.

Só a CDU define regras claras no apoio ao Movimento Associativo e na descentralização de competências para as Juntas de Freguesia.

Só a CDU pode devolver o primado da Juventude à cidade, pela criação de um Conselho Municipal da Juventude aberto e participativo. Relançando os Jogos da Cidade de Lisboa e instituindo um programa inter-pelouros para a utilização gratuita dos equipamentos desportivos, de entre os quais a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes se assume como uma prioridade do Município.

É urgente devolver aos trabalhadores da Autarquia os seus direitos e valorizá-los promovendo a sua adequada formação e progressão de carreira, organizando de forma eficaz o seu trabalho e optimizando as suas potencialidades evidentes. Restringindo a admissão de assessorias políticas, reafectando os trabalhadores às reais necessidades da cidade e abrindo concurso público para todos os cargos dirigentes.

É urgente extinguir as três Sociedade de Reabilitação Urbana e a EMARLIS (empresa de saneamento) pois o objecto destas empresas pode muito bem ser realizado pelos serviços municipais. Assim como, é urgente concluir a rede de esgotos da cidade e a ETAR de Alcântara, pondo termo às descargas de efluentes não tratados no Rio Tejo

É urgente reapetrechar e atribuir aos Serviços Municipais todas as competências e meios decorrentes das novas leis do sector da reabilitação urbana, promovendo uma estreita ligação com as populações, para que possam concluir as intervenções em curso, dando prioridade aos edifícios de propriedade municipal, cujos moradores se encontram realojados provisoriamente.

É do interesse dos lisboetas definir uma posição clara e firme do Município de Lisboa perante o governo, no que diz respeito ao não cumprimento da Lei das Finanças Locais. Bem como fazer o diagnóstico rigoroso da dívida a curto prazo e renegociá-la com os fornecedores, dando prioridade aos que interferem com o normal funcionamento dos Serviços.

É do interesse dos lisboetas a criação de mecanismos de controlo para proceder à cobrança efectiva de dívidas para com o Município, sejam estas de particulares ou de empresas, ou sejam de entidades que cobram receitas municipais, tais como as Finanças ou a EPAL.





É do interesse dos lisboetas elaborar um diagnóstico rigoroso da situação financeira e patrimonial de todas as empresas municipais e participadas pelo município, bem como concluir urgentemente a inventariação do património municipal.

Vale a pena dar a confiança necessária a esta Força Alternativa que respeitará o processo de revisão do PDM, envolvendo a população, dialogando abertamente com os Municípios vizinhos e com a Administração Central, nomeadamente no que concerne o reordenamento da rede escolar; e absorvendo, no processo, quaisquer alterações pontuais ao mesmo.

Vale a pena dar a confiança necessária a esta Força Alternativa que visa devolver o Espaço Público aos peões, criar mais espaços que assegurem a mobilidade de pessoas de mobilidade reduzida, assegurar a manutenção da rede viária e alargar a rede de transportes públicos.

Vale a pena dar a confiança necessária a esta Força Alternativa que reforçará a nossa rede social ampliando o apoio aos idosos, bem como aos sem-abrigo, em franca e aberta cooperação institucional com o governo.



Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário geral do PCP no Encontro “Uma política de Ciência e Tecnologia ao serviço do país e dos portugueses”, iniciativa preparatória da Conferência Nacional do PCP sobre Questões Económicas e Sociais

O lema deste nosso Encontro, “Uma política de Ciência e Tecnologia ao serviço do país e dos portugueses”, que se inscreve no trabalho preparatório da Conferência Nacional do PCP sobre Questões Económicas e Sociais, encerra em si uma ideia fundamental: a posse do conhecimento científico e a capacidade de o aplicar de acordo com as necessidades humanas, devem ser justamente considerados como determinantes do progresso económico e social, quer no que toca à criação de riqueza, na produção de bens materiais e culturais, quer no tratamento da doença e na manutenção da saúde, na defesa do meio ambiente, na previsão ou prevenção de riscos e catástrofes, naturais ou devidas à acção do homem.



Não tem sido este o entendimento dos sucessivos governos, que ao colocarem num plano secundário o desenvolvimento científico e tecnológico, persistindo na valorização de um modelo de desenvolvimento para o país assente nos baixos salários e nas baixas qualificações, quando a produtividade do aparelho produtivo e a competitividade da economia portuguesa exigem precisamente o contrário, levaram à degradação do nível e qualidade de vida da maioria das famílias portuguesas e ao crescente atraso do país. Não é esta a opinião do Primeiro-ministro, nem do seu Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, que sistematicamente afirmam que uma das principais apostas deste governo tem sido no Sistema Científico e Técnico Nacional. Mas a realidade do país, tal como acontece em diversas outras áreas, desmente todos os dias uma pretensa imagem de evolução positiva que a máquina de propaganda do governo procura atribuir às pretensas reformas do governo.



Tal como é referido no documento que vos foi distribuído, em que se faz o balanço da actividade do governo nestes dois anos na área da C&T, “o governo e a corte que gira à sua volta, são exímios na propaganda de imaginários feitos, no discurso publicitário e demagógico desde logo porque o desfazamento entre a retórica do investimento estatal na investigação científica e a situação real que enfrentam neste momento as unidades de investigação e os trabalhadores que nelas trabalham, assume contornos crescentes preocupantes. Entre a quimera de um futuro risonho de data incerta, prometido pelos milhões que o QREN consagra à ciência, e o quotidiano da investigação e das obrigações inerentes à gestão corrente, o momento é de ruptura financeira e de angústia a muito curto prazo.

A realidade revelada pelos últimos números do EUROSTAT publicados em Janeiro, é que o investimento em Investigação e Desenvolvimento em Portugal foi de 0,81% do PIB, enquanto a média da U.E 25 foi de 1,5%. A situação é ainda mais grave quando verificamos que sendo a empresa o núcleo vital do sistema de inovação, apenas 31,7% desta verba, é proveniente do sector empresarial.

Depois porque o incremento do desenvolvimento económico, social e cultural do país, exige uma aposta séria na qualificação da população activa e pelo fomento e promoção do ensino ao longo da vida, áreas que vemos praticamente destituídas de qualquer estratégia credível. É fundamental o aumento da cultura científica e a intensificação do ensino experimental nos diversos segmentos do sistema de ensino do básico ao superior, passando pelo secundário e criando condições para o desenvolvimento da criatividade, da inovação (...)

Sendo verdade que a qualificação dos recursos humanos em si mesmo constituem a maior riqueza do país, a supressão dos atrasos que Portugal enfrenta dependem da adopção de um sistema educativo eficaz e abrangente. A fracção da população activa portuguesa empregada em actividades consideradas como sendo actividades de I&D, era, de acordo com os dados do último inquérito publicado (Dezembro de 2003), 4,7 por 1000 contra 9,7 por mil na UE a 25.

Estamos perante uma política de recursos humanos que aposta sobretudo nos doutoramentos, mas que atira milhares de jovens bolseiros para situações de emprego precário e para o desemprego, ao mesmo tempo que não assegura o reforço dos meios materiais, de equipamentos e outros, necessários ao desenvolvimento da actividade dos jovens investigadores que vão entrando no sistema.

A degradação da condição social dos jovens trabalhadores científicos, das suas condições de trabalho, terá como consequência, a curto prazo, a saída para o estrangeiro à procura de melhores condições de trabalho, ou o abandono da Ciência e Tecnologia como percurso de estudos ou de carreira profissional.

Por mais que procurem esconder esta realidade a verdade é que não há uma aposta séria na ciência, porque tal não é possível sem uma aposta em quem nela trabalha.

Sempre que se avaliam as taxas de crescimento da riqueza criada nas economias dos países industrializados, verificamos que onde elas crescem mais é precisamente onde se investe mais em actividades de I&D.

A introdução do conhecimento produzido no Sistema Científico e Técnico Nacional depende muito do contexto empresarial, que como é conhecido prima por condições adversas à introdução da inovação.

Temos um quadro de baixa qualificação e escolaridade da maioria dos empresários, uma baixa qualificação e escolaridade da maioria dos trabalhadores, uma reduzida cultura de inovação e falta de sensibilidade para aumentar a produtividade e competitividade e a despesa em I&D é quase nula nas empresas portuguesas.

Neste contexto o Estado deve assumir de facto uma posição de liderança na introdução da inovação, nomeadamente nos sectores tradicionais, mas também fazendo contratos com empresas quer sejam públicas, quer com a maioria do capital privado para assim assumir uma acção de liderança e de difusão da inovação a nível de todo o país.

Para a prossecução deste objectivo é crucial ganhar o universo das PME'S para a introdução de novas tecnologias e o melhoramento da aplicação de métodos de trabalho usando tecnologias convencionais. Neste sentido, os laboratórios do Estado podem desempenhar um papel importante desde que lhes sejam dadas as condições de trabalho





necessárias. Podem, caso o governo não insista num conjunto de medidas que irão prolongar no tempo a situação de instabilidade que afecta a vida dos laboratórios e não contribuirão para uma melhor gestão dos recursos existentes.

Na reforma em curso, os critérios de natureza técnico-científico estão a ceder o passo, uma vez mais, perante objectivos de redução da despesa certa com pessoal permanente e a obtenção de receitas extraordinárias pela venda de património (...)

Não estamos apenas perante uma crise conjuntural, mas estrutural, nem a solução dos problemas nacionais se podem resolver com medidas pontuais que aqui e ali se possam apresentar como resultados positivos para fundamentar a propaganda que afirma que o país vai, finalmente, no bom caminho.

A gravidade da situação económica e social de Portugal é hoje iniludível e as causas não podem ser dissimuladas.

A evolução extremamente negativa é o resultado da aplicação da políticas monetaristas e de desprotecção das actividades produtivas nacionais, da crescente financeirização da economia, da entrega ao estrangeiro das principais alavancas da economia do país, da sacralização dos dogmas da concorrência e do menos Estado, incluindo a demissão do seu papel na economia, nomeadamente na assumpção da titularidade e condução dos sectores estratégicos, mas também dos processos de liberalização e privatização a favor do grande capital económico e financeiro e da crescente desregulamentação dos mercados.

Tal como são o resultado claro da aplicação do Pacto de Estabilidade e das suas gravosas consequências no investimento público, no crescimento, no emprego, nos salários e nas políticas sociais, mas também do selectivo favorecimento dos grandes interesses na aplicação dos fundos comunitários que pouco contribuíram até hoje para alterar o frágil perfil produtivo português.

É esta política de direita que o actual governo do PS de José Sócrates prossegue, dirigida à satisfação dos interesses do grande capital que é responsável pelo prolongado período de estagnação económica em que nos encontramos e que levou ao agravamento sistemático dos nossos principais défices, nomeadamente o das contas externas, o agro-alimentar, o tecnológico e de qualificações e o energético que têm condenado o país à dependência crónica.

Em vez de colocar a política económica e monetária ao serviço do crescimento, do emprego, da inovação para mudar a estrutura produtiva do país desvalorizada e valorizar uma economia crescentemente dependente e apendicular, o governo do PS aplicou, no essencial, as mesmas receitas ditadas pela cartilha neoliberal (...)

Não é assim que se melhora a produtividade e a competitividade da economia portuguesa. Milhões de euros que pouco ou nada contribuem para o relançamento e modernização da economia. Não é o Estado que suga e debilita as empresas portuguesas como afirma a propaganda da direita, mas a banca e o grande capital económico e a sua sede de lucro que estrangulam o desenvolvimento do país e sufocam as micro, pequenas e médias empresas.

A Conferência do PCP sobre as Questões Económicas e Sociais realizar-se-á para mostrar e demonstrar que o actual caminho que a política de direita impõe não é único, nem inexorável, que há alternativa, e que há outras soluções capazes de resolver os problemas nacionais e garantir o desenvolvimento sustentado e equilibrado do país e melhores condições de vidas aos portugueses.

Que é possível e necessária uma efectiva mudança no modelo de desenvolvimento do país que decididamente promova a valorização do trabalho nacional, com uma efectiva redistribuição do Rendimento Nacional e uma aposta decidida na educação, na qualificação profissional, no investimento em I&D, no desenvolvimento cultural, instrumentos, entre outros, indispensáveis para promover o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado com mais e melhor emprego (...)

A redução da produtividade ao salário do trabalhador, escamoteando factores cujo peso é determinante no aumento da produtividade como sejam a qualidade da gestão e organização dos processos de produção, a incorporação da investigação e de desenvolvimento tecnológico nas actividades produtivas ou a qualidade dos produtos, entre outros, evidencia que a aposta da política de direita continua a ser a continuação de uma estratégia que mantém o país preso a um modelo de desenvolvimento assente em mão-de-obra barata.



Responsabilizar os custos do trabalho pelas dificuldades competitivas da economia portuguesa é outra falácia que não pode deixar de ser refutada, nomeadamente quando se sabe do enorme peso do Euro na perda da competitividade da economia portuguesa, do custo do dinheiro comparativamente aos nossos parceiros, dos custos da energia superiores aos nossos congéneres europeus, das inúmeras carências e custos agravados em matéria de telecomunicações e redes de transporte e logística, Para não se falar das políticas que discriminam fortemente as micro, pequenas e médias empresas portuguesas, na distribuição dos fundos comunitários, na política fiscal. Mas, este empurrar para cima dos trabalhadores e dos custos do trabalho, ao mesmo tempo que se fazem comparações da baixa produtividade média do país, com sub-reptícias insinuações à eficiência do trabalho sem ter em conta as reais e substanciais diferenças entre as especializações produtivas de cada país, tem uma outra razão: – a de escamotear o papel e as responsabilidades das políticas de direita pela manutenção em Portugal de um modelo produtivo desvalorizado. As causas da baixa produtividade média do país não podem ser desligadas das políticas económicas de sucessivos governos que liquidaram importantes ramos e fileiras industriais que sobreviveram noutros países europeus com vantagens – químico, farmacêutico, metalomecânica pesada, siderúrgico, indústria naval – ou não impulsionaram a alteração desse perfil produtivo no sentido de produções de maior valor acrescentado. Mesmo em sectores tradicionais como a agricultura e as pescas a política é do abandono e do abate! Foram essas políticas e esses governos que congelaram o desenvolvimento da eficiência produtiva portuguesa, com a defesa de um modelo de baixos salários. Foram as políticas concretas de governos concretos, mas também a acção de grupos económicos concretos que estão na origem das actuais dificuldades que o país enfrenta e não os trabalhadores. Políticas de privatização, de fundos comunitários impróprios, de educação e formação e uma política de integração europeia e políticas europeias que nos empurraram, na divisão do trabalho no mercado único europeu, para um lugar periférico, dependente, predominantemente de baixo valor acrescentado. Mas também as políticas orçamentais, submetidas ao fundamentalismo do Pacto de Estabilidade, com gravosas consequências no investimento público e no crescimento económico, tal como as orientações dos grandes grupos económicos portugueses que pouco investem em I&D e em nada contribuíram para a alteração do perfil produtivo português, ao privilegiarem o investimento na esfera não produtiva, de lucro garantido e dinheiro em caixa, ou seja ao darem primazia às actividades especulativas e parasitárias e ao retirarem durante anos a fio enormes verbas necessárias ao investimento no país. Foi a política de direita, dirigida à satisfação do interesse do grande capital, que conduziu à grave situação económica e social em que nos encontramos e que teve nestes primeiros anos de 2000 uma ainda mais inquietante evolução (...)



Partido Comunista Português

A intensa ofensiva nestes dois anos de governo que atingiu violentamente os trabalhadores da Administração Pública nacional, regional e local, significou um rude golpe nos direitos laborais e sociais dos trabalhadores que superam pela sua gravidade todos os ataques desencadeados por outros governos no passado, no ataque às carreiras, às condições de aposentação e do valor das reformas, aos salários reais e ao emprego com a lei da mobilidade e da chamada reforma dos regimes de vinculação, carreiras, e remunerações e as anunciadas alterações do Estatuto Disciplinar, nomeadamente com a introdução do mecanismo de despedimento sem justa causa, através da avaliação de desempenho.

Acaba de ser anunciada uma lei de assalto privatizador ao ensino superior faseado pela criação de fundações nas universidades e na infiltração do capital privado! O desenvolvimento de uma economia ao serviço do povo pressupõe trabalho com direitos e direito a uma vida melhor para quem trabalha e os trabalhadores não poderem ser considerados apenas peças descartáveis na engrenagem da exploração e do lucro e de uma governação ao serviço dos grandes interesses e dos seus negócios. A resposta à grave situação económica e social não pode ser encontrada dando continuidade às políticas de direita que já provaram que não resolvem os problemas nacionais, nem o desenvolvimento do país. As soluções não podem continuar a ser encontradas agravando o desemprego, a desregulamentação das relações de trabalho e a precarização total do mercado de trabalho. As soluções não passam pela demissão da responsabilidade do Estado na garantia do acesso de todos os portugueses aos cuidados de saúde, mas pela defesa e valorização e reforço de um Serviço Nacional de Saúde de qualidade.

As soluções não passam por adequar o sistema de ensino aos objectivos do grande capital e à sua pretensão de garantir uma mão-de-obra qualificada, obediente e barata que se ajuste ao seu mercado flexível e precário, mas pela valorização de uma Escola Pública e um ensino com conteúdos de qualidade, virado para a formação integral dos portugueses e o desenvolvimento do país. As soluções não podem ser encontradas transformando a segurança social pública num sistema residual e assistencialista, mas elevando os padrões de protecção social de todos os portugueses e assegurando e desenvolvendo um verdadeiro sistema de protecção público universal e solidário, capaz de contribuir para uma mais justa repartição do rendimento nacional. Nós pensamos que há alternativas, que o actual caminho que a política de direita impõe não é único, nem inexorável como aqui também se tornou evidente. Há outras soluções capazes de resolver os problemas nacionais e garantir o desenvolvimento sustentado e equilibrado do país e melhores condições de vidas aos portugueses. O PCP reafirma a necessidade do país adoptar políticas macroeconómicas de crescimento e desenvolvimento que, tendo como objectivo a melhoria do nível e qualidade de vida e o pleno emprego, tenham como componentes essenciais a dinamização da produção e do consumo, por via do crescimento dos salários e das pensões e por uma mais equilibrada repartição do rendimento. Políticas que defendam o fortalecimento do aparelho produtivo e combatam as deslocalizações e as privatizações. O PCP reafirma a necessidade de promover um modelo de desenvolvimento do país que decididamente assuma a valorização do trabalho nacional e do trabalho com direitos, nomeadamente para que a um posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo, contra a praga social da precariedade, do trabalho temporário, dos falsos recibos verdes. Pela contratação colectiva contra a extinção dos contratos colectivos de trabalho. Pela defesa do direito ao trabalho e dos vínculos contra a arbitrariedade dos despedimentos individuais sem justa causa e da arrogância patronal na fixação de horários, remunerações e funções. O PCP reafirma a necessidade de uma Administração Pública eficaz ao serviço do povo e do país e serviços públicos de qualidade.

Portugal precisa de outro rumo, precisa de retomar o projecto de democracia e desenvolvimento económico e social que a Revolução de Abril inscreveu na Constituição da República Portuguesa.

http://www.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29484&Itemid=381

Sobre a “Reforma dos Laboratórios do Estado”

Declaração de Jorge Pires, da Comissão Política

A Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2006, de 20 de Julho, que anuncia o arranque de uma “reforma do sistema dos Laboratórios do Estado”, apesar da “bondade” dos objectivos nela contidos, configura mais uma curva apertada no acidentado percurso da vida dos Laboratórios do Estado e do próprio sistema científico e técnico nacional, desta vez com a marca do Governo PS presidido por José Sócrates. Segundo o relatório elaborado pelo grupo de trabalho internacional a pedido do actual Governo, o sistema dos laboratórios do Estado, sujeito há quase uma década, às tropelias e pseudo-reformas de sucessivos governos, está hoje pior do que estava, como aliás era já a percepção nítida de quem neles trabalha, situação que já há muito vinha a ser denunciada pelo PCP nos planos político e institucional. Ao longo da última década o PCP apresentou oportunamente um conjunto de propostas em defesa deste importante sector do Sistema Científico e Técnico Nacional e da criação de condições de trabalho que tornem possível uma acção eficaz dos profissionais que aí desenvolvem a sua actividade, no sentido de contribuir para o desenvolvimento do país.



O Governo segue um caminho errado e faz uma leitura enviesada e castradora das recomendações do grupo de trabalho internacional.



Ao examinar na generalidade o “estado de saúde actual dos laboratórios do Estado” o relatório do grupo de trabalho internacional enumera um conjunto de obstáculos e dificuldades que na opinião do grupo vêm condicionando a acção dos laboratórios não passando despercebido na leitura a responsabilização que nele se faz de governos e instituições que, por desleixo e inoperância, mantiveram ou contribuíram para o agravamento da situação do sistema.

O diagnóstico agora feito pelo grupo, de facto, nas suas linhas gerais, não difere significativamente de anterior relatório elaborado há mais de cinco anos e retoma várias das críticas e recomendações então expressas.

No entanto a RCM 89/2006, ignorou ou deixa no vago as recomendações mais importantes do relatório, ao mesmo tempo que anuncia uma consulta pública estival, que mais não é que um simulacro de auscultação dos interessados como leva a crer, em particular, a inclusão nas Leis Orgânicas dos Ministérios já aprovadas na generalidade pelo Governo durante o mês de Julho, de medidas legislativas de fundo afectando alguns dos actuais laboratórios do Estado.

Como é sabido, o Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), peça fundamental da ofensiva dirigida contra o emprego público e o exercício pelo Estado de importantes funções sociais, visando a privatização das mais rentáveis, não passa ao lado desta “reforma” dos laboratórios .

Assim, também aqui se prepara a aplicação dos instrumentos de fusão, extinção, e reestruturação de serviços com as consequências previsíveis: precarização do emprego e alienação do património.

Parece certo que nesta “reforma” de algum modo antecipada pelo PRACE, os critérios de natureza técnico-científica cedem, uma vez mais, o passo perante objectivos de redução da despesa certa com pessoal permanente e a obtenção de receitas extraordinárias pela venda de património, como é evidente no caso do INETI.

Tal como tem vindo a acontecer com outros relatórios que têm sido elaborados desde 1997, as recomendações deste, agora elaborado pelo grupo de trabalho internacional são ignoradas em aspectos fundamentais, no conjunto das orientações agora aprovadas, nomeadamente no que respeita ao estabelecimento de um quadro de financiamento plurianual dos LE, quanto à instituição de um Conselho dos LE (CLEP) e quanto à instituição de Conselheiros Científicos junto de cada Ministério, bem como as propostas explícitas de autonomização do IGM, do INIA e do IPIMAR.

Mas se relativamente a este conjunto de propostas o documento aprovado pelo Governo para consulta pública é omissivo, o mesmo não acontece relativamente à proposta de alteração do estatuto jurídico dos LE e a sua submissão ao modelo de “consórcio”, procurando desta forma subalternizar a sua missão e especificidade, subtraindo-os ao regime de funcionamento estável e sustentado no âmbito do OE e da directa supervisão da Assembleia da República.

A possibilidade de associação de laboratórios entre si e com outras entidades, para a realização de projectos ou programas de interesse comum de forma a fazer trabalhar em conjunto capacidades que se complementem, é bem vinda, há muito que é possível e não carece, antes dispensa, a introdução de novas formas jurídicas e a imposição de parcerias de cima para baixo.

Duas situações merecem especial atenção no contexto da RCM 89/2006: a criação do Laboratório de Recursos Biológicos Nacionais que equivale a insistir no erro de manter a fusão do INIA com o IPIMAR e agravar o erro juntando àqueles o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária; a extinção do INETI, desmantelando-o e distribuindo as partes por outras entidades. Se relativamente à primeira fica claro que uma coisa é articular esforços outra é retirar espaço de afirmação das suas especificidades às instituições atingidas, já relativamente à segunda é de sublinhar que só o mais ingénuo optimismo poderá fazer crer que a desagregação do INETI com a distribuição de competências específicas nele desenvolvidas por diversas entidades, virá potenciar o respectivo aproveitamento e não, como infelizmente é previsível, o seu definhamento e a extinção do efeito sinérgico de natureza pluridisciplinar que elas proporcionam, num campus que, se para tanto lhe forem dadas condições adequadas, pode vir a acolher já em futuro próximo o desenvolvimento de novas tecnologias industriais.





Entretanto e como observação final, importa referir que o Governo não dá sinais de entender a gravidade da escassez de investigadores e, mais ainda, de pessoal técnico de apoio à investigação, devidamente qualificado cuja falta, com repercussão na capacidade de inovação técnica empresarial, se faz sentir agudamente em todo o sistema científico e técnico nacional, em particular no sector público que integra os laboratórios do Estado e as unidades de investigação do sistema de ensino superior.

A cabeça das questões mais preocupantes que emergem da análise da situação actual do sistema dos laboratórios do Estado, o grupo de trabalho internacional coloca: o persistente “bloqueio do recrutamento de pessoal, em especial pessoal jovem”; “a falta de autonomia para proceder à adaptação dos quadros de pessoal à evolução das necessidades dos laboratórios”; e, “a situação inusitada de manter bolseiros nos laboratórios durante longos períodos de tempo, nomeadamente por mais de cinco anos”.

O caminho certo

Conforme o PCP há muito sublinha, os laboratórios do Estado são um dos pilares fundamentais do Sistema Científico e Técnico Nacional, sistema que engloba não só as actividades de investigação fundamental e aplicada e de desenvolvimento tecnológico, mas também um conjunto vasto e diversificado de “outras actividades científicas e técnicas” que são suporte indispensável da actividade do sector produtivo e de uma multiplicidade de serviços em que assenta o funcionamento das sociedades modernas. Os laboratórios devem constituir um braço especializado da Administração destinado a apoiar nos planos técnico e científico a definição e execução de políticas públicas e, nessa medida, a respectiva acção deve ser programada e dirigida pelos órgãos próprios da Administração. Neste contexto os laboratórios devem ser vistos como um parceiro e não como um concorrente das universidades.

No nosso País é crucial o envolvimento do sector empresarial em actividades de I&D e é, em especial, crucial, ganhar o universo das PME's.

Para a introdução de novas tecnologias e o melhoramento da aplicação de métodos de trabalho usando tecnologias convencionais. Neste sentido, os laboratórios do Estado podem desempenhar um papel importante desde que lhes sejam dadas as condições de trabalho necessárias.

Tarefas especializadas como as que exige a intervenção no sector produtivo, designadamente, de apoio à inovação tecnológica no sector das empresas, não podem ser satisfeitas sem o recurso a pessoal investigador e técnico de grande qualidade e adequadamente remunerado, trabalhando a tempo inteiro e apoiado em infra-estruturas técnicas também de grande qualidade, nomeadamente oficinas especializadas como existem em instituições congéneres estrangeiras e que entre nós não só são praticamente inexistentes como aquelas que ainda subsistem vêm definhando ao longo dos anos.

O PCP tem repetidas vezes sublinhado aqueles que são os grandes constrangimentos que, a não serem vencidos, continuarão a impedir os laboratórios de desempenhar cabalmente as funções que lhes competem e que – sublinhe-se – nenhuma outras instituições nacionais existentes estão em condições de desempenhar. Esses constrangimentos dizem respeito aos recursos humanos, aos orçamentos e à autonomia de gestão dos recursos disponíveis. A sua superação exige uma nova política que contemple como principais medidas as seguintes:

Descongelamento imediato do recrutamento de pessoal investigador, técnico e oficial, com fixação de quotas a negociar com as instituições em condições de cobertura orçamental assegurada.

Duplicação em três anos do orçamento dos laboratórios, no que respeita a despesa pública.

Estabelecimento de financiamentos programáticos e orçamentos plurianuais (3 a 5 anos).

Abertura de concursos para a progressão na carreira do pessoal do quadro de acordo com as necessidades das instituições.

Instituição das Carreiras Técnica de Investigação e de Operário Prototipista.



Revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, garantindo uma efectiva participação das organizações representativas dos investigadores. Revisão do estatuto do pessoal técnico afecto a projectos de investigação em laboratórios do Estado onde não existe a C de Investigação, designadamente, o Instituto de Meteorologia e o Instituto Hidrográfico.

Atribuição aos laboratórios de uma dotação orçamental específica para a contratação de bolseiros de investigação, limitada aos candidatos à obtenção de graus académicos a alcançar em períodos de tempo bem definidos.

Revalorização das competências dos Conselhos Científicos dos laboratórios do Estado, designadamente, no sentido de uma co-responsabilização na afectação dos recursos aos objectivos e programas da instituição bem como na aprovação de projectos e na execução orçamental, traduzida na obrigatoriedade de parecer.

Obrigatoriedade de parecer dos Conselhos Científicos, na designação dos dirigentes e co-responsabilização no convite a personalidades para integrarem os conselhos de orientação e as unidades de acompanhamento externo.

Entretanto e no que toca à organização do sistema de laboratórios, o PCP defende o retorno à autonomia anterior do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) e do Instituto de Investigação Agrária (INIA), actualmente integrados numa estrutura fantasma, o INIAP; analogamente se propõe a separação do Instituto Geológico e Mineiro (IGM) e do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) com manutenção deste na sua integridade original, como um dos pólos principais do sistema dos laboratórios do Estado. Todos os restantes laboratórios, Instituto Hidrográfico (IH), Instituto de Meteorologia (IM), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN), Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT), Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIV) e a Direcção Geral da Protecção de Culturas (DGPC) devem manter-se, sem prejuízo de eventuais reestruturações que em alguns deles possam vir a ser reconhecidas como desejáveis tendo em vista a prossecução dos objectivos que lhes são próprios.

Preconiza-se ainda a revisão do estatuto do Instituto de Medicina Legal, que tem uma actividade significativa de investigação.

Por último, sublinha-se a necessidade de proceder ao levantamento dos domínios técnico-científicos com significado económico e social que não estão adequadamente cobertos pela actual rede de laboratórios do Estado ou outras instituições especializadas, com vista a determinar o interesse da possível criação de novos laboratórios públicos.

Crescimento ou Sustentabilidade

“O ambiente é inseparável da relação do homem com a natureza, articulada com o desenvolvimento económico e social, a equidade e justiça social, o bem-estar e aperfeiçoamento da pessoa humana. Na prática política, pelo contrário, o ambiente tornou-se um tema artificialmente autónomo, uma visão frequentemente redutora”...

Rui Namorado Rosa - 18.04.07

“Desenvolvimento sustentável” é um lugar comum no discurso dos economistas neoliberais. Com essa expressão pretendem insinuar, imaculado, o paradigma do “crescimento económico”.

O termo “desenvolvimento sustentável” foi oficialmente fixado no relatório Our Common Future pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida por Comissão Brundtland, sob os auspícios das Nações Unidas, em 1987. Este é um documento que ainda hoje é lido com proveito; aí se diz que sustentabilidade é “suprir as necessidades da geração presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras poderem suprir as suas”; é um conceito sistémico relacionando a interdependência das vertentes económica, social, cultural e ambiental da evolução da humanidade. Podemos supor que esse relatório oficial foi então, pelo menos em parte, uma resposta ao grave desafio anteriormente lançado pelo igualmente conhecido Limits to Growth, da autoria de Donella Meadows, Dennis Meadows e colegas, publicado em 1972 com o patrocínio do “Clube de Roma”; este estudo,

agora histórico, foi actualizado em 2004 sob o título *Limits to Growth: The 30-Year Update*, confirmando o alarme e a subjacente denúncia do crescimento económico capitalista.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, em 1992, e a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, em 2002, foram grandes iniciativas inter-governamentais que formalmente estariam a dar sequência ao enunciado de problemas colocado em *Our Common Future*. Mas os resultados alcançados são modestos, face à dimensão dos problemas materiais e humanos que se colocam e às contradições que constroem a sua resolução; em particular, a busca de soluções e acção consensual tem sido constroída pelo protagonismo cedido às grandes corporações, que têm encontrado nesses eventos fora para promoverem a sua imagem (“responsabilidade social das corporações”) e para obstarem a adopção de decisões de fundo.

Tanto em *Limits to Growth* como em *Our Common Future* o ambiente é inseparável da relação do homem com a natureza, articulada com o desenvolvimento económico e social, a equidade e justiça social, o bem-estar e aperfeiçoamento da pessoa humana.

Na prática política, pelo contrário, o ambiente tornou-se num tema artificialmente autónomo, uma visão frequentemente redutora, ou porque não considera na sua integralidade o ciclo de vida dos materiais e substâncias desde a produção primária e o seu fluxo através da esfera económica até ao seu regresso à natureza, ou porque ignora os fluxos indirectos ou invisíveis associados aos bens transaccionados, ou porque ignora o declínio das fontes de matérias-primas minerais, ou a sobre-exploração de recursos renováveis (como os solos e os pesqueiros) para além da respectiva taxa de reposição, etc.

O ambiente, na sua abordagem simplista, aparece como campo de confronto entre uns, que pretendem o proteccionismo de habitats ou de paisagens alienando a presença do homem da natureza, e outros, que pretendem adquirir a propriedade de bens naturais para fazerem negócio com eles. Entretanto, o ambiente tornou-se de facto num grande negócio, uma “indústria ecológica”; enquanto uns promovem o consumismo insano, outros promovem a “eliminação” dos resíduos e vestígios de consumos desordenados, uns e outros fazendo negócio em proveito próprio.

Na União Europeia, a integração da protecção ambiental nas políticas comunitárias, sob a designação de Processo de Cardiff, foi iniciada pelo Conselho Europeu em Junho 1998, dando cumprimento ao preconizado no art.º 6 do Tratado Amsterdão, e traduz-se numa miríade de normas. Todavia quanto a recursos naturais a posição da União está francamente omissa. A Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, COM(2005) 670, datada de 21.12.2005, torna esse facto patente. Aí se reconhece que ainda nenhum estado da União adoptou uma estratégia para os recursos.

E todavia a dependência da Europa em numerosas matérias-primas e energia é gritante. Como é significativamente frágil a reflexão que aí se contém. A preocupação política central anunciada é persistir num “crescimento económico”, porém supostamente dissociado do consumo de recursos e de impactos ambientais; em particular o PIB deveria crescer, mas a intensidade material e energética do produto (ton/€ e tep/€) supõe-se crescer a ritmo mais lento ou até mesmo decrescer, e os impactos ambientais (segundo diversos indicadores) supõem-se diminuir. Este “desacoplamento” do crescimento do produto relativamente ao consumo de materiais e de energia e aos impactos ambientais designa-se de “desmaterialização”. Nas considerações da Comissão se recolhe a preocupação com os recursos renováveis, dados como sendo escassos; assim é de facto, quando na Europa a floresta primitiva foi erradicada, os ecossistemas estão extremamente fragmentados e inúmeras espécies foram extintas, muitos solos foram exauridos, e escasseia a água em muitos aquíferos sobre-explorados. Mas em contrapartida a Comissão cai no erro de tomar os recursos minerais como inesgotáveis, houvesse território que eles estariam à espera debaixo dos nossos pés.





A realidade é que a Europa viveu e cresceu com amplo recurso a matérias-primas coloniais e mais tarde importadas na vaga da globalização liberalizante – por esta via iludindo os consumos materiais e os impactos ambientais invisíveis gerados lá longe em outros continentes. Assim o paradigma da “desmaterialização”, que permeia o discurso económico dominante, serve para iludir a realidade da nossa penúria e da exploração de povos terceiros, e para fazer crer num “desenvolvimento sustentável” que, tal como é argumentado, não existe. A serem verdadeiros os pressupostos que inspiram a Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, aplicando as suas teorias a si própria a União Europeia deveria ser autónoma em matérias-primas e energia (exceptuando produtos exóticos e especiarias...).

No mundo presente não temos “desenvolvimento sustentável”. A acumulação de população em mega-cidades e o despovoamento do meio rural, o rápido crescimento da área edificada relativamente à população residente, a desertificação biofísica e humana (frequentemente associadas entre si), o declínio de fontes de matérias-primas minerais (hidrocarbonetos e metais básicos), a exaustão de solos férteis e a sobre-exploração de aquíferos, a exaustão de pescueiros, etc. são vários sintomas de um futuro preocupante que já é presente na Europa.

O anunciado projecto de associação entre capital norte-americano e brasileiro para, tirando partido da bem sucedida experiência brasileira de produção combinada de açúcar e etanol a partir da cana-de-açúcar e de utilização desse etanol como aditivo na gasolina, transformar o Brasil num grande exportador de bio-combustíveis líquidos, a partir de culturas extensivas de cana, soja, palma, etc., significa a confluência de interesses contraditórios pela produção de madeira, de produtos alimentares e de combustíveis líquidos, competindo por solo fértil e condições climatológicas favoráveis, cada vez mais escassos na Terra, em detrimento dos ecossistemas e das populações que habitam a savana (cerrado) e potencialmente a bacia do Amazonas, cada vez mais ameaçadas.

“O ambiente é inseparável da relação do homem com a natureza, articulada com o desenvolvimento económico e social, a equidade e justiça social, o bem-estar e aperfeiçoamento da pessoa humana. Na prática política, pelo contrário, o ambiente tornou-se um tema artificialmente autónomo, uma visão frequentemente redutora”... transaccionados, ou porque ignora o declínio das fontes de matérias-primas minerais, ou a sobre-exploração de recursos renováveis (como os solos e os pescueiros) para além da respectiva taxa de reposição, etc.

O dogma do “crescimento económico” é irreconciliável com “desenvolvimento sustentável”. Na boca de um capitalista “desenvolvimento sustentável” é uma figura de retórica com que pretende iludir e prosseguir o saque, ignorando ou no mínimo subalternizando a finalidade humana da vida, organização e produção social.



Publicado em odiario.info <http://www.odiario.info/articulo.php?p=265&more=1&c=1>

Our Common Future <http://www.ringofpeace.org/environment/brundtland.html>

Limits to Growth: The 30-Year Update

http://www.mnforsustain.org/meadows_limits_to_growth_30_year_update_2004.htm

Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais

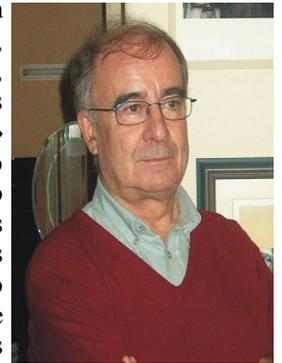
<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l28167.htm>

Environmental Integration History http://ec.europa.eu/environment/integration/integration_history.htm

A realidade Cubana, com referência especial à ciência & tecnologia, vista por um observador estrangeiro.

Frederico Carvalho, em Havana Março 2007

Embora a Academia de Ciências Cubana tenha sido fundada em 1861, dois anos antes da Academia Nacional de Ciências dos EUA, de acordo com a afirmação algo provocatória de Gustavo Coury, director geral do Instituto de Medicina Tropical em Havana: «Antes da revolução, havia cientistas em Cuba, nas não Ciência.» Evidentemente a situação é muito diferente hoje, tendo mudando gradualmente e evoluído em passo rápido desde os anos 60, como vem reflectido em numerosos artigos publicados nas publicações especializadas internacionais, tal como nos média estrangeiros destinados ao público em geral. Para o observador estrangeiro imparcial, a evolução da ciência Cubana apresenta ser um caso de evolução positiva com o qual se podem aprender várias lições importantes¹, especialmente por aqueles que não estão preparados para aceitar uma ligação óbvia entre as realizações da ciência e tecnologia Cubana e as alterações socio-políticas radicais que tiveram lugar no país, apesar das dificuldades económicas causadas pelo bloqueio dos EUA que continua e dura há mais de uma geração, e mais recentemente a evolução desfavorável da correlações de forças ente os países mais industrializados.



Esta evolução na ciência e tecnologia, que em minha opinião está estreitamente associada ao desenvolvimento do sistema educativo Cubano, é particularmente impressionante nos campos da Medicina e Biotecnologia, particularmente nos Cuidados de Saúde. Recordo-me assistir semanas atrás num dos nossos canais de televisão público a um destes concursos populares onde concorrentes felizes podem ganhar grandes somas de dinheiro. O apresentador perguntava à mulher que tentava a sua sorte o que ela planeava fazer com o dinheiro que poderia ganhar. Ela respondeu que a sua ambição era levar a sua mãe de idade avançada para Cuba para aí receber tratamento para alguns problemas médicos sérios que lhe haviam sido diagnosticados. Noutra ocasião, de novo numa nossa televisão nacional, recordo-me de um documentário comovente sobre o programa Cubano de assistência à recuperação de crianças que haviam sido afectadas pelo desastre nuclear em Chernobyl.

Assim, os sucessos do povo Cubano nas áreas referidas estendem-se para além das fronteiras físicas do país, tanto em termos da geografia como da consciência. Isto levou Maurice Lemoine a questionar-se, num editorial do “Le Monde Diplomatique”²: «São os Cubanos tão isolados como alguns pretendem que são? Este não é o caso na África ou na Ásia (...).» Ele sublinha ainda que a evolução ocorrida em vários países da América Latina nos últimos anos, alguns muito recentemente, apontam na direcção oposta do chamado “isolamento Cubano”.

Na edição de Dezembro de 2004 da revista científica internacional Nature Biotechnology³, o progresso Cubano na biotecnologia médica foi revisto num artigo intitulado “Cuba – inovação através de sinergia”, onde os autores (um grupo de especialistas da Universidade de Toronto, Canadá, e outro Brasileiro da Universidade de Brasília) enfatizam no parágrafo de abertura:

«As realizações Cubanas na biotecnologia médica são uma fonte de inspiração para o mundo em desenvolvimento. Estas são tanto mais impressionantes dado que a ilha é pequena, relativamente pobre, e tem sofrido dificuldades económicas durante mais de uma década. Estes problemas económicos surgiram no seguimento da desintegração da União Soviética e as alterações políticas no Leste da Europa no início dos anos 90, resultando num colapso dos mercados de exportação Cubanos, e da imposição desde 1961 de um bloqueio comercial dos EUA contra Cuba, o que tem limitado as oportunidades à economia agrícola do país. Apesar destas dificuldades, o ênfase grande e contínuo dado à ciência em Cuba desde pouco depois da revolução de 1959 tem resultado num sector de biotecnologia médica altamente desenvolvido.»



Num outro artigo, publicado pela Nature em Julho de 2005⁴, o jornalista Jim Giles, sediado em Londres, expressou a opinião que as realizações notórias da ciência Cubana são uma expressão do seu forte compromisso à ciência aplicada, enquanto a investigação fundamental está a ser comparativamente negligenciada. Contudo, ele opina que: «Cuba tornou-se numa experiência de planeamento científico para países que não podem suportar o modelo dos países ricos.» No artigo, o autor não denota qualquer simpatia pela revolução Cubana, pelo contrário, e a sua escrita reflete isso mesmo. É interessante que esta crónica tenha atraído a resposta colectiva de cinco cientistas, dos EUA, da Universidade de Michigan e Harvard School of Public Health, e também publicada na Nature⁵. Os autores, baseando-se na sua experiência pessoal, contradizem a imagem dada pelo prévio artigo de que o foco da ciência Cubana na ciência aplicada era feito com prejuízo da pesquisa fundamental. Eles discordam com essa visão e afirmam que «Cuba tem provavelmente melhor historial de financiamento de investigação básica que a maioria dos outros países da América Latina», acrescentando que «nos EUA e na Europa, a pesquisa, financiada com dinheiros tanto públicos como privados, é sobretudo determinada por interesses corporativos ou políticos. A maior parte da pesquisa no interesse público sofre por falta de recursos, a favor de projectos que conduzem a patentes e lucros.» Assim será, na minha opinião, enquanto as políticas neoliberais ganharem terreno.

A edição de 2006 do “Relatório Planeta Vivo”⁶, publicado pelo World Wide Fund for Nature (previamente o World Wildlife Fund), tenta mostrar com credibilidade o estado presente do mundo natural e o impacto nele da actividade humana. As notícias não são boas: os recursos do planeta estão a ser usados mais rapidamente que a sua renovação permite. Os últimos dados disponíveis (de 2003) indicam que a Pegada Ecológica, o nosso impacto sobre o planeta, triplicou desde 1961. A nossa pegada excede, agora, a capacidade do mundo se regenerar em cerca de 25%.

Um dos indicadores usados para avaliar a pressão do consumo humano de recursos naturais sobre a biosfera é a Pegada Ecológica, que indica a extensão da exigência humana sobre os ecossistemas. No Relatório de 2006, encontramos um gráfico deste indicador para diferentes países cruzado com outro indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (HDI), usado no quadro do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP). O HDI é calculado em função da esperança de vida, nível de literacia e educação, e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. O UNDP considera que um valor de HDI maior que 0.8 indica um “alto desenvolvimento humano”, enquanto uma Pegada inferior a 1.8 hectares globais por pessoa, estimada como a biocapacidade média disponível por pessoa, pode indicar sustentabilidade ao nível global.

Uma importante nota a ser feita aqui é que o gráfico (fig. 1) revela que apenas um país entre todos os representados corresponde a ambos os critérios para desenvolvimentos sustentável. Cuba é esse país.

1 Kimberly Carr, “Cuban biotechnology treads a lonely path”, in Science in Latin America, Nature, Supplement to vol.398, no.6726, 1 April 100, p-A22

2 Le Monde Diplomatique, September 2006, p.1

3 Nature Biotechnology, 22 Supplement, December 2004, pp.DC19-24

4 Nature 436, 322–324; 2005

5 Nature 437, 192; 2005

6 “Living Planet Report 2006”, WWF–World Wide Fund For Nature, October 2006, Gland, Switzerland, ISBN: 2-88085-272-2

7 Desenvolvimento sustentável é o compromisso de “melhorar a qualidade da vida humana dentro da capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam” (IUCN et al., 1991).

Living Planet Report 2006 - pag 19 -

http://assets.panda.org/downloads/living_planet_report.pdf

THE FOOTPRINT AND HUMAN DEVELOPMENT

Sustainable development is a commitment to "improving the quality of human life while living within the carrying capacity of supporting ecosystems" (Brundtland, 1987).

Countries' progress towards sustainable development can be assessed using the United Nations Development Programme's (UN) Human Development Index (HDI) as an indicator of well-being, and the footprint as a measure of demand on the biosphere. HDI is calculated from life expectancy, literacy and education, and per capita GDP. UNDP considers an HDI value of more than 0.8 to be "high human development". Meanwhile, a footprint lower than 1.8 global hectares per person, the average biocapacity available per person on the planet, could denote sustainability at the global level.

Successful sustainable development requires that the world, on average, meets at a minimum these two criteria, with countries moving into the blue quadrant shown in Figure 22. As world population grows, less biocapacity is available per

person. The United States of America significantly increased their resource use while increasing their quality of life. This did not hold for poorer nations, notably China or India, when significant increases in HDI were achieved while their per person footprints remained

Fig. 22: HUMAN DEVELOPMENT AND ECOLOGICAL FOOTPRINTS, 2003

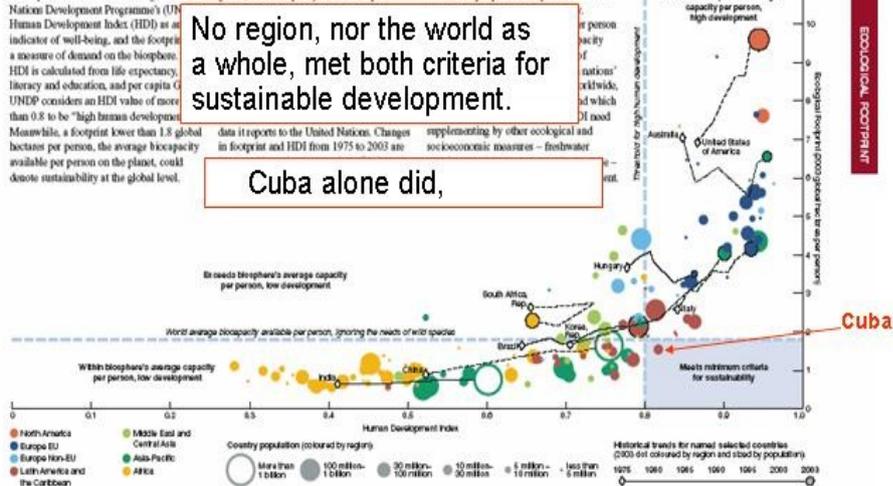


Figura 1 - Reprodução da página 19 do "Relatório Planeta Vivo 2006"

«O comunismo como supressão positiva da propriedade privada (enquanto auto-alienação humana) e por isso como a apropriação real da essência humana pelo e para o homem (...) é a verdadeira resolução do conflito do homem com a Natureza e com o homem.

(...) Ele é o enigma da história resolvido e sabe-se como essa solução»

(Marx, "Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844")

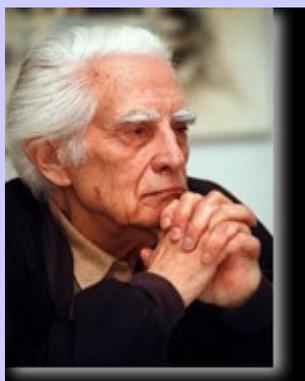
hiperligações

www.comunic.pcp.pt

www.lisboa.pcp.pt

www.pcp.pt

www.omilitante.pcp.pt



"Os intelectuais, tanto na acepção geral como na acepção mais restrita, têm consigo uma honrosa tradição de luta ao longo da negra noite fascista. Porque nunca conseguiu ganhar o apoio dos intelectuais; porque a sua lei era o obscurantismo; porque temia a ciência, a beleza e a verdade; porque mergulhado na mediocridade odiava o talento e o valor dos homens - o fascismo conduziu sistematicamente a perseguição dos intelectuais.

Derrubado o fascismo, os intelectuais - o que havia de melhor na ciência e na cultura - apareceram abraçando a revolução e participando activamente no complexo processo de democratização."

Álvaro Cunhal in "Revolução Portuguesa: passado e futuro"